

Anotações sobre a formação histórica do Brasil e do Tocantins: o campo em perspectiva

Adsson José Rodrigues Luz¹

Samuel Correa Duarte²

Stéfanny Karinny Souza França³

Notes on historical formation of Brazil and Tocantins: the countryside in perspective

Resumo: O presente artigo discorre sobre a formação da agenda de política agrícola brasileira e a inserção do Estado do Tocantins nesse quadrante político. Destaque para o caráter subdesenvolvido do capitalismo agrário brasileiro e sua relação de dependência para com os grandes centros econômicos e financeiros mundiais. Numa respectiva regional abordasse o desenvolvimento da agricultura no cerrado e o avanço da fronteira agrícola no Estado do Tocantins. Argumenta-se que o crescimento econômico do setor agrícola sem reformas estruturais é insuficiente para superar a relação de dependência regional a que o Tocantins está submetido e internacional no que tange à agenda exportadora do Brasil.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; capitalismo agrário; dependência.

Abstract: This article discusses the formation of Brazilian agricultural policy agenda and the State of Tocantins insertion in this political camp. Especially the underdeveloped character of the Brazilian agrarian capitalism and its dependence on relationship with the major economic centers and global financial. In its regional approached the development of agriculture in the *cerrado* and the advance of the agricultural frontier in the State of Tocantins. It is argued that the economic growth of the agricultural sector without structural reforms is insufficient to overcome the regional dependency relationship that Tocantins is submitted and international regarding the export agenda of Brazil.

Key-words: Development; agrarian capitalism; dependency.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

² Professor do quadro efetivo da Universidade Federal do Tocantins – Campus Arraias. Discente regular do Doutorado em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

³ Graduação em Direito pela Faculdades Objetivo de Goiânia (2017).

Introdução

Ao tratar do capitalismo agrário brasileiro temos que partir da constatação de que nossa economia periférica é um apêndice das nações industrializadas e que nosso modelo produtivo se organiza para beneficiar o desenvolvimento daquelas. Como agravante temos que constatar que a revolução burguesa no Brasil e a expansão da economia de mercado nacional não conseguiu gerar um contágio efetivo das relações de produção na economia agrária brasileira.

Paralelo a isso a formação das metrópoles exigiam uma base econômica advinda do campo, pela captação do excedente gerado pela economia agrária, drenado sistematicamente para financiar o soerguimento de uma sociedade industrial. De acordo com Fernandes (2008:176) o avanço da revolução urbana condenou o campo a uma condição de subcapitalismo destinado a ser linha de base do processo de acumulação e inchaço das regiões metropolitanas e seus pólos industriais.

Os resultados nessa lógica podem ser assim sumarizados:

1. a transferência dos dividendos do campo para outros setores da economia e da sociedade,
2. falta de reinvestimento no aperfeiçoamento dos meios e modos de produção no campo,
3. dependência de políticas públicas e intervenção estatal em particular no que diz respeito ao financiamento e à ciência e tecnologia.

Os gargalos para o desenvolvimento agrário na ótica de Florestan Fernandes historicamente são:

- a) A economia agrária se ressentia da dissociação entre as formas de produção (pré-capitalistas ou subcapitalistas) e as formas de comercialização (capitalistas) dos produtos agrários;
- b) O foco de nossa expansão capitalista consistiu na industrialização urbana em detrimento da evolução das relações de trabalho e produção no campo.

Podemos então concordar com Florestan Fernandes (2008,188) que as técnicas utilizadas pelos setores dominantes do campo e da cidade para manter seu *status quo* implicam em ampliar suas vantagens econômicas e reprimir a ascensão das populações marginais. O dilema rural brasileiro consiste na constatação de que a revolução produtiva no campo através da modernização não é em si um fator que possa gerar uma mudança estrutural ou de promoção

de justiça social. As populações rurais não possuem as mesmas garantias e direitos sociais que os trabalhadores urbanos e detêm baixa organização coletiva ou de pouca efetividade para pressionar por mudanças dentro dos marcos legais e institucionais vigentes, demandando a construção de alternativas de ação com vistas à mudança social. O presente artigo discorre sobre a formação da agenda de política agrícola brasileira e a inserção do Estado do Tocantins nesse quadrante político.

A formação da agenda de política agrícola brasileira

Na análise de Araújo (2013, 39-40) podemos divisar no Brasil três legados relativos ao processo de ocupação humana e econômica do nosso espaço geográfico: 1. A concentração populacional no litoral como parte do processo de formação de uma colônia de exportação de bens primários; 2. A diversidade regional nas perspectivas humana, ambiental e produtiva; 3. A desigualdade regional acirrada pelo processo de industrialização no século XX. Nesse processo cabe destacar o protagonismo de três atores: as transnacionais, o capital nacional e as grandes empresas estatais.

Na ótica de Fernandes (2008, 172-188) o Brasil é herdeiro de um sistema capitalista tardio, visto que não estava subsumido no antigo sistema colonial, mas foi introduzido a *fórceps* pela desarticulação do sistema de produção escravista. Sua expansão se deu no sentido cidade-campo, levando a uma gradativa transformação do trabalho em mercadoria e a produção da mais-valia. As principais características da sociedade brasileira podem ser sumarizadas na falta de vitalidade para manter ciclos virtuosos de crescimento econômico e social; a mudança conjuntural sem mudança estrutural, de forma que os estratos possuidores do campo e da cidade perpetuam seu status quo.

No plano histórico o embate entre a proposta do desenvolvimento agrícola e a modernização de matriz urbana prevaleceu a segunda. Isso porque a visão de desenvolvimento adotada no Brasil estava associada à ideia de industrialização que implicava numa aposta na reforma agrária como motor para o progresso do campo, contudo a visão modernizante também alcançava crescimento de produção no campo sem interferir na estrutura fundiária e, portanto, sem gerar custos políticos para a ordem vigente (Árabe, 2008, 28-29).

No campo da história econômica aplicada ao setor agrícola, Barros (2014, 83-91) entende que o governo brasileiro tratava a economia agrícola como prioridade até 1930 tendo em vista ser este o setor principal num contexto no qual a industrialização ainda estava em maturação, sendo exemplo disso a política de valorização do café.

Após 1930 a agricultura continuou tendo grande prestígio na ótica governamental mas passou a dividir as atenções com a industrialização. Neste sentido o governo buscou implantar uma política focada em três pilares: a) controle de preços dos produtos alimentícios para garantir acessibilidade à população de menor poder aquisitivo; b) a expansão do processo de “marcha para o Oeste” para ocupar a “fronteira agrícola” na região do cerrado no Centro-Oeste; c) definição do setor industrial como ponto chave para o crescimento econômico e melhora da renda.

Na ótica da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) a divisão internacional da produção colocou de um lado os países industrializados com alta tecnologia e produtividade e de outro lado os países periféricos especializados em produção de bens primários, investimentos e produtividade limitados, mão-de-obra de baixa qualificação num contexto de conflito agrário no que tange à propriedade e às relações de trabalho no campo.

Do ponto de vista cronológico, de acordo com Santos (2014: 175-176) podemos elencar várias políticas de desenvolvimento endereçadas pelo Estado brasileiro à região do ecótono Cerrado/Amazônia. Em princípios do século XX emergiu a Superintendência de Defesa da Borracha com o objetivo de fazer frente à concorrência externa desse produto. Esta foi transformada no Banco de Crédito da Borracha em 1942 e a seguir no Banco de Crédito da Amazônia. No período varguista será criada a “Amazônia Legal” e com ela a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁴. Todas essas políticas vieram atreladas com ações de colonização e ocupação do território, recorrendo à privatização de terras devolutas. A SPVEA será substituída em 1966 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como parte do programa geopolítico do governo militar de Castelo Branco para controle das fronteiras. Nesse período houve oferta de crédito rural e extensão via Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com vistas à modernização agrícola. Mas o efeito colateral dessa política foi o endividamento dos pequenos produtores e colonos

⁴ Antes da inauguração da Rodovia BR-153, a Belém-Brasília, existia um porto da SPVEA no Rio Tocantins, em Miracema do Tocantins.

que terminaram vendendo suas terras para latifundiários como forma de remir suas dívidas, gerando assim concentração de terras.

A década de 1960 trouxe uma linha política agrícola fundada nos seguintes termos: agricultura focada na produção; expansão da área de cultivo conjugada com produtividade e sustentabilidade; modernização subsidiada por preços reduzidos, crédito acessível e financiamento para pesquisa e extensão rural; a reforma agrária seria implementada nas áreas nas quais a estrutura fundiária fosse obstáculo para a modernização.

Já na década de 1970 a produção de alimentos passou a concorrer com a política energética uma vez que após o choque do petróleo o governo criou o Programa Nacional do Alcool (Proalcool) e assim financiando o setor sulcroalcooleiro e também passou a expandir o comércio exterior em detrimento do abastecimento do mercado interno tendo em vista a alta dos preços das *commodities*.

Santos (2014:181-182) informa que nesse período surgiram as políticas de desenvolvimento baseada na filosofia das teorias locacionais. Dentre elas podemos destacar o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) criado em 1975 com o objetivo básico de ocupar com produção agropecuária a paisagem do cerrado, desde sua base no sul de Goiás e Mato Grosso até as franjas da floresta amazônica no norte de Goiás, atual Tocantins. Destaca-se aqui o investimento em infraestrutura e armazenagem de grãos, em particular para a produção de soja em larga escala, marcando assim a inserção desse quinhão do território no cenário do capitalismo agrário exportador. O Polamazônia (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) agregou ao primeiro a preocupação com a exploração mineral, em particular no território paraense. Já o Polonoroeste (Programa de Desenvolvimento do Noroeste Brasileiro), visou a colonização do extremo oeste brasileiro passando por Mato Grosso e Rondônia, promovendo acesso rodoviário e colonização associada com um processo de regularização fundiária que fortaleceu as grandes propriedades.

Na exposição de Santos (2014:198-199) merece destaque a ação da Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecet), a qual foi desenhada entre os governos brasileiro e japonês na década de 1970 tendo como principal ferramenta o crédito rural e extensão para o colono. Esse programa conheceu três fases: O Prodecet I foi implementado no Estado de Minas Gerais, mais precisamente na região do Triângulo Mineiro; o Prodecet II abarcou os cerrados que invadem os territórios de Goiás, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul, setor noroeste de Minas Gerais e Bahia; por fim, o Prodecer III surgiu na década de 1990 tendo tomado como referência os municípios de Pedro Afonso (TO), no Noroeste do Tocantins, e Balsas (MA), no Sul do Maranhão com enfoque na produção de soja.

Este modelo de desenvolvimento regional é fomentado pela atuação maciça do Estado para assegurar a acumulação do capital. A ação do Estado na fronteira agrícola na Amazônia traduz-se em uma política territorial em que desempenha um papel geopolítico na região e expressa objetivamente o processo de territorialização do capital. Diante deste processo, os posseiros e os camponeses são invisíveis aos olhos do Estado e suas posses de décadas não são reconhecidas (Santos, 2014:182-183).

O mesmo autor irá indicar os fatores que levam a uma correlação entre a expansão do agronegócio e a especulação imobiliária no campo:

Alguns fatores contribuem para a chegada do agronegócio e elevação do preço da terra na região, tais como: terras planas e bem localizadas, pois estão próximas à Ferrovia Norte Sul; tem um clima bem definido; as áreas de plantio podem expandir (expansão da área em hectares). Com isso, a terra vira um ótimo negócio. O destaque nacional do MAPITOBA é em função das grandes áreas com solo quimicamente regular, além das terras serem baratas se comparadas com outras do Centro-Oeste e do Sul do país. O perfil do produtor que vem para esta região são produtores profissionais e muitas vezes são representantes de grandes empresas do agronegócio (as transnacionais) que têm o objetivo de praticar a agricultura de precisão, com altos investimentos em tecnologia (Santos, 2014:195).

O desenvolvimento da agricultura no cerrado e o avanço da fronteira agrícola se deveram a uma série de fatores dentre os quais cabe destacar: a) a expansão da demanda por produtos agrícolas em função do processo de urbanização e industrialização das regiões sul e sudeste do país; b) as políticas de desenvolvimento regional com financiamento público; c) o desenvolvimento de tecnologias agroquímicas para cultivar os solos ácidos do Cerrado; d) a logística vantajosa pela proximidade com os centros consumidores de produtos agropecuários; e) disponibilidade de terras de baixo custo; f) clima, relevo e oferta hídrica favoráveis à produção em larga escala (Morais, 2006, 120).

De acordo com Morais (2006:121) o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) foi delineado para promover a ocupação do Cerrado tendo como base 12 áreas com potencial agrícola e que seriam transformados em pólos de desenvolvimento dispersos por Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, recebendo investimentos públicos em infraestrutura e um programa de financiamento altamente subsidiado a agricultores que se dispusessem a cultivá-las. As consequências do programa foram a expansão da monocultura da soja, elevação do preço da terra e expulsão dos pequenos proprietários.

Na descrição de Morais (2006:122) o Programa de Desenvolvimento do Cerrado

(Prodecer) foi implantado em três etapas, sendo na primeira previsto o assentamento de 135 famílias numa área de 50 mil hectares e outros 20 mil hectares destinados a três empresas agrícolas; na segunda etapa deflagrada em 1987 foram assentados colonos por meio de cooperativas nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Por fim, na terceira etapa, o projeto se expandiu para os Estados do Maranhão e Tocantins, incorporando uma área de 90 mil hectares. Percebe-se aqui a expansão da fronteira agrícola em cada etapa rumo ao Cerrado atingindo os limites desse com o bioma amazônico.

A expansão do agronegócio no Tocantins

De acordo com Lira (2011:122-123) a história regional do antigo norte goiano e atual Tocantins pode ser demarcada a partir de três fatores distintos, quais sejam: a exploração do ouro e a navegação do Tocantins no período colonial, a “Marcha para o Oeste” e a implantação das linhas férreas no período republicano, a criação da “Amazônia Legal” e a construção da rodovia BR-153 chamada Belém-Brasília. A atividade minerária e a navegação permitiram a ligação de Porto Nacional a Belém, promovendo a ocupação e desenvolvimento dos arraiais ribeirinhos. Mas pela ausência de investimento no transporte hidroviário ao longo do tempo acabou limitando a perenidade da navegação. Com a estagnação da economia pós-mineração a região retroagiu para práticas de agricultura de subsistência e criação de gado extensiva.

Lira (2011:131) informa que com a construção da rodovia Belém-Brasília, a BR-153 foi estabelecida na região uma “frente pioneira agrícola” com atrativos fiscais ofertados pelo Estado (via SUDAM, GETAT e PROTERRA) com o objetivo de incentivar a ocupação econômica da região⁵.

Sobre a região de Formoso do Araguaia, Lira (2011:135-136) menciona que ocorreram mudanças significativas na produção agrícola com a modernização das práticas em particular nos municípios de Cristalândia, Lagoa da Confusão e no município de Formoso do Araguaia com o “Projeto Rio Formoso” cuja pauta era a produção de arroz irrigado, tendo sido implantado em 1979 com financiamento público e depois repassado à iniciativa privada. Nessa linha de ação o capitalismo agrário encontrou no latifúndio as condições necessárias para se

⁵ A política de territorialização do capital encontrou na BR153 espaço privilegiado para expropriação de modo que as cidades às margens do Tocantins, antes atraentes à atividade econômica, entraram em declínio.

alastrar mantendo o status quo das velhas oligarquias herdeiras do coronelismo.

É neste contexto histórico e geográfico que emerge então o movimento que irá conduzir à divisão do Estado de Goiás. Cavalcante (2003, 202-204) sintetiza o processo histórico de emancipação do Tocantins em três momentos:

1. 1821-1823 – marcado pela oposição do norte ao centro-sul de Goiás na temática da cobrança de impostos da captação de ouro;
2. 1956-1960 – aqui temos o início de um projeto de interiorização do Estado brasileiro que irá impactar na região tocaninense;
3. 1985-1988 – período no qual se fortalece o discurso emancipatório baseado nas diferenças culturais e na desigualdade econômica entre o Norte e o Sul de Goiás.

Lira (2011:159) assim descreve a posição econômica do Tocantins no cenário brasileiro:

Um Estado onde sua economia está sustentada na atividade econômica do “setor primário” (pecuária extensiva e agricultura esta última dividida na de subsistência e a de mecanização lenta) tendo o “setor secundário”, uma situação muito atrasada em relação à Estados como São Paulo, Minas Gerais etc. e no “setor terciário”, um comércio inteiramente dependente dos produtos sulistas, sem vida própria e sem produtos de exportação que permita à economia local um pequeno sinal de autonomia.

Na descrição de Mattos (2013:230) desde a criação do Estado do Tocantins por meio da Constituição Federal de 1988 o crescimento econômico regional está baseado na expansão do agronegócio, contudo sem o esperado desenvolvimento social, inclusive com a permanência de práticas de trabalho escravo. O governo estadual em parceria com prefeituras tem sido o grande promotor da expansão do agronegócio através de políticas de atração e fomento de empresas e particulares.

Feita essa exposição, nosso segundo ponto consiste em situar a região tocaninense no quadro do desenvolvimentismo. A região em questão tem sido palco de reiterados projetos de desenvolvimento e infraestrutura liderados pelo Estado. Em geral essas iniciativas visam estimular o setor privado a ingressar em atividades produtivas ligadas ao agronegócio e setores relacionados.

O Estado do Tocantins possui três fatores e uma determinante essenciais para auxiliar o Brasil a se tornar competitivo no mercado internacional: 1. Terras, em quantidade e diversidade, para a produção de culturas básicas; 2. Infra-estrutura para produzir (energia) e escoar sua produção (hidrovias e rodovias) com baixo custo; 3. Legislação que incentiva, apoia, facilita e fomenta a produção e os investimentos privados, sejam nacionais e internacionais, pequenos ou grandes (Silva, 1996, 198).

Em geral as intervenções estatais estavam relacionadas a uma concepção da região amazônica e sua área de transição com o cerrado como um vazio demográfico dotado de vastos

recursos naturais. Além disso traziam no seu bojo uma noção de atraso que descartava o modo e estilo de vida dos habitantes locais e não previa a participação dessas populações na elaboração das políticas de desenvolvimento; pelo contrário, previam mesmo o deslocamento forçado das mesmas para viabilizar a modernização da região.

Tratando da matriz produtiva no Tocantins, Nascimento (2013, 112) informa que a agropecuária surgiu no Estado em regime extensivo devido à grande oferta de terras disponíveis e ao emprego de lavouras e criações com baixo nível de investimento e regime de trabalho familiar com emprego complementar de escravos, meeiros e arrendatários.

A ruptura com essa conjuntura somente veio à tona na segunda metade do século XX na década de 1960 quando foi construída a rodovia Belém-Brasília, o qual permitiu do ponto de vista logístico a instalação de grandes fazendas no seu entorno bem como atraiu instituições públicas e privadas ligadas ao financiamento da produção agropecuária.

Podemos destacar aqui os principais programas que visavam desenvolver a região tocantinense no contexto socioambiental da transição do cerrado para a floresta amazônica. A Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) implantada na década de 1960 tinha como base uma política de incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento da agropecuária (Cavalcante, 1999, 23-24). A SUDAM agravou os problemas agrários na região ao privilegiar uma minoria constituída de latifundiários em detrimento dos camponeses, aumentando a concentração de terras e acirrando o conflito e a luta armada no campo (Oliveira, 2011, 105).

Nos idos de 1970 é lançado o PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, que visava racionalizar a ocupação humana na região amazônica através da inversão de capital estrangeiro, buscando ampliar a fronteira agrícola e integrar a região ao Nordeste (Lira, 2011, 62). No final de 1974, a criação do II PND é decretada para o período 1975-1979, tendo como objetivos manifestos o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional. Neste sentido podemos dizer que Estado, capital nacional e internacional passam a compor o tripé do desenvolvimento brasileiro. Foi também criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e a estrutura de oferta de incentivos fiscais aos empreendimentos que se instalassem na região, baseada no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) cabe ressaltar que uma das áreas prioritárias do POLAMAZÔNIA era o

Araguaia-Tocantins.

Com o POLOCENTRO, também implantado na década de 1970, tanto a agricultura como a pecuária tiveram prioridade na agenda governamental, tendo sido incentivada a ocupação com financiamento para projetos na região de cerrado e na Amazônia, sendo considerado um avanço técnico por promover a mecanização bem como incentivar à pesquisa, tendo como enfoque as áreas de infraestrutura viária, armazenagem de produção agrícola, eletrificação rural e oferta de linhas de crédito agrícola (Cavalcante, 1999, 23-24).

A infraestrutura foi incrementada no que tange à rede de estocagem da produção e os produtores receberam suporte em forma de extensão rural.

Essas mudanças trouxeram um grande aumento da qualidade e quantidade do rebanho bovino, e da chegada dos primeiros projetos de irrigação, implantados entre 1979 e 1982, durante o mandato do governador de Goiás, Ary Valadão, os famosos projetos rio Formoso e Javaés, entre os rios Araguaia e seus afluentes, sendo que o projeto rio Formoso situa-se no município de Formoso do Araguaia, e o projeto Javaés, em Lagoa da Confusão (Nascimento, 2013,112).

Com a criação do Estado do Tocantins no final da década de 1980 emergiram várias políticas visando dar incentivo à agricultura por meio de projetos de irrigação com foco na produção de grãos como a soja e frutas tropicais, cabendo destacar os de Campos Lindos, Sampaio, Prodecer III, São João, Manoel Alves e Gurita. A pecuária também se beneficiou da nova onda de investimentos com a ampliação do rebanho e a introdução do gado de matriz nelore dando uma orientação da produção para a cadeia bovina de corte e deixando em plano inferior a cadeia leiteira, visto que essa raça animal se presta exclusivamente à primeira.

Nascimento (2013, 117) destaca que o Vale do Araguaia no Estado do Tocantins assistiu significativa expansão da orizicultura (cultura do arroz) em área de várzea, com o aproveitamento da oferta hídrica dos rios Araguaia e seus afluentes, Urubu, Javaés e Formoso. A região integrada pelos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Dueré formam o chamado “triângulo do arroz” no Estado. Já a cultura da soja foi implantada no Tocantins ainda nos anos 1980, no contexto do antigo norte de Goiás, pela expansão do mercado internacional dessa *commodity* com expressivo crescimento da área plantada e produção, destacando-se a região chamada de “polígono da soja” que compreende os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional, Mateiros e Dianópolis.

Atraídos pela qualidade do clima, vantagem logística, incentivos fiscais e terras baratas (e relativamente fáceis de serem griladas) grandes multinacionais, a exemplo da Cargill, Bunge e a japonesa Itochu, vêm instalando enormes plantações de soja e atividades sulcroalcooleira em diversos municípios tocaninenses. Atualmente no

Tocantins destacam-se como grandes produtores de soja os municípios de Campos Lindos, Barra do Ouro, Goiatins, Pedro Afonso, Dianópolis, Mateiros, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia (MATTOS: 2013, 230-231).

Fato que expressa essa realidade pode ser identificado no município de Pedro Afonso, onde opera a Bunge (Holandesa, com sede nos Estados Unidos) produtora de alimentos, fertilizantes e atuante no comércio de açúcar e grãos como a soja e milho. Aqui ela atua em *joint venture* com a Itochu Corporation (Japão), para produzir álcool combustível, açúcar e energia elétrica com o processamento do bagaço da cana de açúcar, tendo sido instalada a usina em 2011 numa área de 94 hectares na zona rural do município.

Grandes empresas do agronegócio, tais como a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), Bunge, Cargill, ADM e André Maggi já vinham ao longo dos últimos 20 anos realizando o financiamento e a comercialização da produção de grãos do Tocantins, agora estão instalando diversas plantas agroindustriais ligadas à produção do etanol, do biodiesel e do açúcar. Sem contar que no Tocantins, há pelo menos vinte anos já atuava a JICA, agência de cooperação internacional japonesa, também com financiamento de produção de grãos no Prodecer III (Programa Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) (MATTOS: 2013, 232).

A passagem acima reflete a prevalência da lógica de exploração da terra e do homem da terra. Foram-se os tempos dos coronéis, chegou a era dos patrões do campo e das multinacionais também no cerrado tocantinese.

À guisa de conclusão: a expansão da dependência

Na exposição de Cardoso e Faletto (1973, 10-11) as bases do desenvolvimentismo posto em curso na América Latina nas décadas de 1950-60 residiam na perspectiva de suficiência do mercado interno para a produção de bens de consumo industrializados devido à acumulação de capital derivado da inserção de nossa economia agrária no mercado global; uma rede industrial formada gradualmente que respondia pela produção de itens alimentícios, têxteis, etc e também itens de exportação; uma fonte de divisas geradas pela exploração agropecuária e a mineração; um ciclo de crescimento do consumo no mercado externo capaz de estimular e garantir boa remuneração para a produção nacional.

Nessa toada, a política desenvolvimentista deveria focar-se na transferência de tecnologia dos países centrais para a periferia promovendo assim a diversificação da matriz produtiva com ganhos de produtividade, bem como na definição de uma agenda de Estado no

que tange ao financiamento da infraestrutura e logística requerida pela ampliação da produção. A percepção do Estado como agente econômico e motor do desenvolvimento nacional levou a uma modernização dos seus aparelhos de arrecadação e gestão. Nesse sentido, afirmam os autores que

o pressuposto geral implícito nessa concepção era que as bases históricas da situação latino-americana apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional. Tratava-se, então, de fortalecer o mercado interno e de organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas do desenvolvimento de seus próprios países. (Cardoso e Faletto:1973,12)

A limitação dessa estratégia de acordo com Cardoso e Faletto (1973, 15-28) residiu no fato de que promoveu a reorganização do modelo econômico sem, contudo promover mudanças estruturais na esfera social e política, levando a um quadro de “economia moderna” conjugada com “sociedade tradicional” o que comprometia a ação da mobilidade social como motor da inovação e mudança social, uma vez que os extratos dominantes não reconheciam a legitimidade das novas classes trabalhadoras urbanas e rurais enquanto atores políticos.

Note-se que a mudança das estruturas sociais não se dá por um processo de simples gradação temporal e acumulação de vetores, mas por um processo dialético de confronto entre forças imanentes nas reações entre grupos e classes sociais, as quais buscam agregar recursos que lhes permitam ditar os rumos da sociedade em conformidade com seus interesses. Dito isso, compete observar que a modernização não significa a exclusão dos grupos tradicionais e nem tampouco que ela produza de forma autônoma a inclusão dos grupos periféricos nas pautas de consumo e serviços públicos (educação, saúde, moradia, etc).

Neto (1995, 25-36) explica que a política de produção industrial focada na substituição de importação emergiu no Brasil com as repercussões da crise de 1929, que colocou em cheque nosso modelo agroexportador fundado na monocultura. Essa retomada do crescimento se fez às expensas do erário público pelo incremento da atividade econômica estatal para alavancar consumo, produção e sistema financeiro. A presença crescente do Estado na economia parece ter sido uma característica do período desenvolvimentista da década de 1960 e encontrava suas justificativas no montante de recursos necessários para a implantação de infraestrutura em logística e energia, bem como instalação de plantas industriais modernas e urbanização das áreas de habitação para a nova classe trabalhadora.

Nesse sentido observa Neto (1995, 30) que

A necessidade de vultosos investimentos em infraestrutura, de financiamento às empresas, de produção de matérias-primas e insumos básicos, além da coordenação

dos conjuntos de investimentos, faz com que a presença do Estado na economia se torne indispensável para os países que começaram muito tarde o processo de industrialização. O atraso tecnológico do país contribuiu, da mesma forma, para a intensificação da presença de empresas estrangeiras, que se afirmam especialmente nos ramos mais dinâmicos da indústria. Será sobre esse tripé que se assentará o processo de industrialização brasileiro, cabendo ao Estado e ao capital transnacional o papel de principais protagonistas.

A lógica das políticas de desenvolvimento regional traz no seu bojo o estímulo a economias em situação precária para que possam adquirir capacidade competitiva no contexto do capitalismo. Para tanto geralmente lançam mão de investimentos em infraestrutura (entendida essencialmente como logística) e apoio direto aos empreendimentos via crédito e suporte técnico.

Na ótica de Pacheco (1998, 25) no que diz respeito aos movimentos de diferenciação e homogeneização do espaço nacional:

a diferenciação regional é definida a partir de dinâmicas de acumulação específicas, a industrialização, ou seja a constituição das bases materiais do capitalismo nacional, e a unificação do mercado destroem as antigas regiões. Homogeneizam o espaço nacional ao subordinar as diversas frações do capital ao mesmo movimento geral, definido pelo ciclo da acumulação e pela política econômica.

Ainda segundo Pacheco (1998, 32;38;43) a cristalização do capitalismo em cada região adquire nuances próprias levando ao desenvolvimento de um percurso próprio, uma história do capitalismo regional. A expansão cíclica da economia nacional durante as décadas de 1960 e 1970 já se deu num contexto de integração bifurcada: por um lado na direção das diferentes regiões que formam o mercado nacional e por outro lado na direção do mercado internacional. Nesse processo os desequilíbrios regionais se acentuaram tendo o Sudeste assumido um protagonismo enquanto polo dinâmico da industrialização e absorvendo boa parte da produção do setor primário. De forma análoga no contexto internacional o Brasil no quadro geral prosseguiu como fornecedor de *commodities* para os países industrializados. Mesmo quando houve expansão da indústria internacional em direção ao Brasil, e da indústria local em direção ao interior e demais regiões isso se deu de forma complementar à estrutura existente no plano urbano nacional e global.

Na ótica desenvolvimentista, o ciclo de modernização da economia nacional e incentivo à industrialização teria um efeito de contágio sobre a produção agrícola visto que: a expansão da urbanização implica numa demanda agregada de insumos agrícolas crescente; a demanda externa por *commodities* incentiva uma expansão da produção agrícola e, por fim, as

tecnologias industriais passam a ser empregadas também no campo aumentando a produtividade.

Sendo assim conclui Neto (1995, 38) que a agenda do desenvolvimentismo gira em torno do seguinte eixo

A discussão em torno do atraso relativo da agricultura desaguará nas propostas de reforma agrária, intensamente debatidas na década de 1960, e de modernização da agricultura, que ocupam o cenário a partir da segunda metade dos anos 1960 e início dos 1970. Esta questão da modernização, aliada às pressões pela geração de divisas cambiais, levará à formação de desequilíbrios na estrutura produtiva rural, para um avanço considerável das culturas de exportação sobre as de consumo doméstico. E este processo, analisando em seu conjunto, levará ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, que se transformará no agente determinante do crescimento do setor agrícola.

Um efeito colateral conhecido do desenvolvimento regional é que, se dando em níveis diferentes entre as regiões, tende a gerar uma concentração de ativos, renda e população. Assim ao longo do tempo mesmo os capitais instalados em regiões menos dinâmicas tendem a fugir em busca de melhores condições de produção e lucro.

Pelo exposto, vimos que o sistema econômico nascido das grandes plantações, transitou para o trabalho assalariado e a constituição de um mercado interno. Nesse percurso a indução externa foi fator significativo para a expansão econômica nas diversas regiões brasileiras.

Contudo de acordo com Tavares (1999: 453-454) os efeitos perversos desse processo consistem na exclusão das classes trabalhadoras do acesso à terra, à educação de qualidade e ao trabalho; marginalização do grosso da população urbana e rural dos seus direitos fundamentais, que previstos na letra da lei, carecem de efetividade. A raiz desses males reside no fato de que política desenvolvimentista não logrou êxito na agenda que incluía reforma agrária e universalização da educação e direitos sociais básicos.

Bibliografia

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. **A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil (39-51) em BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita. (orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro, em BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (editores). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola - Brasília, DF: Embrapa, 2014.**

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás, 1821-1988**. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

_____. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia, Editora da UCG, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia, Editora Kelps, 2011.

MATTOS, Paulo Henrique Costa Mattos. **Agroescravidão: a degradação do humano e o avanço do agronegócio no Brasil contemporâneo**. Gurupi-TO: Editora Veloso, 2013.

MORAIS, Roberto Prado. As transformações socioeconômicas e ambientais no cerrado. In: GUIMARÃES, Lorena Dall'ara; SILVA, Maria Aparecida Daniel da; ANACLETO, Teresa Cristina (orgs.). **Natureza viva cerrado: caracterização e conservação**. Goiânia, Editora da UCG: 2006.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins: história e geografia**. Goiânia: Kelps, 2013.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Cleiton. **Tocantins: saga e história**. Goiânia: Editora Kelps, 2011.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

SANTOS, Roberto de Souza. Políticas públicas e o agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: conflitos socioterritoriais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro;

CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza. **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia – GO, Editora Kelps: 2014, pgs. 1710226.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular**. Brasília: Solo Editores, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. “Império, território e dinheiro”. *In*: FIORI, J. L. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.